JUNHO/2003
ANO V
Nº 21

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - RIO DE JANEIRO

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200645-5 / 2002

ECT/DR/RJ
CRESS-7ª REGIÃO

Cress estende programação do dia do assistente social

Um mês inteiro de atividades

A diretoria do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região decidiu ousar e ampliou a programação comemorativa do dia do assistente social para todo o mês de maio. A outra novidade foi a realização de eventos descentralizados por todo estado. Além das mesas-redondas, foram feitas várias atividades culturais e lançamentos de projetos e publicações. Além disso, a diretoria investiu na qualificação e capacitação profissional, promovendo diversos mini-cursos e seminários temáticos, de caráter estadual.

A iniciativa da confecção de um cartão para dissociar a imagem do assistente social do assistencialismo e apresentar o profissional como aquele que defende as políticas públicas e os direitos dos cidadãos foi muito bem recebida na categoria. Esse ano também aconteceu na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) uma sessão solene, aberta ao público, para homenagear o assistente social (foto).





4-5

6 ASSEMBLÉIA
Categoria elege delegados para encontro nacional

3 COFI
Seminário delibera plano de ação da Comissão de Fiscalização

8 VISIBILIDADE
Profissionais da saúde opinam sobre o Serviço Social

7 VIOLÊNCIA
Artigo aborda política proibicionista das drogas

EDITORIAL

Reforma da Previdência

A Previdência Social brasileira voltou a ganhar destaque nos últimos meses no cenário nacional, com a prioridade dada no inicio do governo Lula, na tão falada reforma.

Infelizmente, mais uma vez, como em 1998, as mudanças propostas pelo governo sobre a questão, caracterizam-se em cortar direitos conquistados historicamente. O alvo desta vez são os servidores públicos. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 40 apresenta a criação de um regime de previdência complementar, atendendo à pressão dos fundos de pensão e do capital financeiro; a contribuição dos aposentados, sob o falso argumento de que o servidor não paga previdência; o aumento da idade mínima para aposentadoria do servidor; o cálculo do valor da aposentadoria, levando em consideração toda a vida laboral; o fim da equiparação entre ativo e inativo, entre outras propostas.

O argumento é o mesmo do governo anterior: a insustentabilidade do regime previdenciário, com o atual déficit. O governo aponta como solução, a unificação dos regimes, mas o projeto propõe apenas a unificação de teto.

Os números usados para justificar o alegado déficit são manipulados, pois não englobam várias receitas previstas no orçamento da Seguridade Social, como COFINS, CSLL, CPMF. O governo utiliza a mídia, que deturpa a questão, sem a clareza que a complexidade do tema exige. Dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Anfip) demonstram que, em 2001, por exemplo, houve um superávit de 31,5 bilhões, que foi "repassado ao orçamento fiscal da União para aumentar o superávit primário". Em 2002, este superávit foi de R$32,96 bilhões (CNTSS, 2003). O orçamento da Seguridade Social não é utilizado na Seguridade Social e sim para pagar juros da dívida externa.

O conceito de Seguridade Social, envolvendo a Saúde, Assistência Social e Previdência, conquistado na Constituição, não é sequer abordado. Há distorções que só serão combatidas com o Estado assumindo o seu papel em custear políticas públicas, que garantam a qualidade e o acesso aos serviços.

Assistimos ao sucateamento dos serviços, uma precarização nas relações de trabalho, com práticas de contratação nocivas e clientelistas, que não garantem proteção social e não aumentam a arrecadação das contribuições. Existem hoje cerca de 450 mil servidores federais, quando em 1988 eram 750 mil em atividade. Há necessidade de garantir o controle social efetivo dos trabalhadores e da sociedade na gestão das políticas sociais; o enfrentamento da sonegação e das fraudes; o combate efetivo ao desemprego, que passa pela implantação de uma política econômica que considere como prioridades, a emancipação humana e a inclusão social, e não o mercado.

A diretoria do Cress/RJ, acredita que o momento exige atenção, pois já foi aprovada a proposta da reforma na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, e devemos lutar para que mudanças ocorram visando a garantia da ampliação dos direitos de todos com combate às distorções que existem em todos os regimes.

A Diretoria.

INFORMES

SEGURANÇA ALIMENTAR

O Fórum Fluminense de Segurança Alimentar e Nutricionismo promoverá um seminário estadual para discutir o programa Fome Zero. O evento será dia 17 de julho, das 9h às 17h, no Instituto Bennettt. Mais informações no telefone do Ibase 2509 0660 ou no site www.ibase.br Vale destacar que esse fórum está se articulando com o governo do estado para discutir a forma de composição do Conselho de Segurança Alimentar (Consea) do Rio de Janeiro, no que se refere a representação da sociedade civil, que é de 2/3. A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, após encontro com Frei Betto, instituiu o Consea. A publicação está no DO de 28/05/03. O Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região tem estado presente no esforço de articular as ações do Programa de Segurança Alimentar com as discussões das políticas públicas.

DIA DO ASSISTENTE SOCIAL

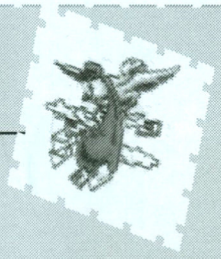
A Lei 4.104, que institui o dia 15 de maio como dia estadual do assistente social, foi assinada no dia 16 de maio de 2003 pela governadora do Rio de Janeiro Rosinha Garotinho e publicada no Diário Oficial no dia 19 de maio de 2003.

CURSO DE CAPACITAÇÃO

Desde o início da gestão do CFESS, a diretoria está atuando no sentido de resolver algumas pendências, como o não recebimento de certificados de alguns alunos junto ao Centro de Educação Aberta Continuada à Distância (Cead/UNB) referente ao Curso de Capacitação Continuada à Distância em Políticas Sociais e Serviço Social, promovido pelo CFFESS, Abepss e Cead/UNB.

As pessoas que não receberam certificado devem atualizar os endereços através dos telefones (061)273 4299 e 349 8728 ou através do e-mail cead@unb.br. É preciso lembrar que para receber o certificado o aluno deve pagar uma taxa de R$10,00, cobrada pela instituição para emissão de certificados.

CARTAS



Novas estratégias

Gostaria de registrar a minha insatisfação de não encontrar na última edição do Praxis uma posição do conselho sobre a fala do Juiz da 2ª Vara IF. Adiar para o próximo número foi uma decisão inadequada. Sugiro pensar novas estratégias para discussão da matéria e apresentação formal ao referido Juiz e ao Tribunal de Justiça. Abraços, ***Beth Salvador***

Programação

Sou professora e assistente social tendo lido, o jornal edição Abril/2003 nº 20 do jornal Praxis. Li o artigo referente a programação de Maio, pude constatar que não há nenhuma programação para os finais de semana que possa beneficiar aos assistentes sociais os quais trabalham em outras atividades durante a semana e não podem participar dos eventos propostos devido ao horário. *Márcia Regina Azevedo de Oliveira, CRESS 13888- 7ª Região*

Nota da Redação: *A programação foi realizada de acordo com as possibilidades de horário dos profissionais envolvidos nos eventos. O Cress está sempre à disposição da categoria para solicitar a liberação dos assistentes sociais junto aos empregadores, já que esses eventos são para capacitação dos profissionais.*

Insatisfação

Venho expressar minha insatisfação com a matéria publicada no Praxis nº 20 em referência as crítica ao trabalho da categoria. Reconheço que todo trabalho é passível de crítica e esta serve também como instrumento de reflexão, porém não aceito quando esta tem um teor de unilateralidade pois não foram ouvidos os profissionais que trabalham na área sóciojurídica (os assistente sociais).

Estes profissionais exercem seu trabalho de forma profissional e compatível com as atribuições exigidas (apesar da falta de recursos materiais e humanos), não se limitando apenas a exercer sua função dentro do aparato (como foi citado no referido artigo).

Existe todo um compromisso com a clientela envolvida e também com as atribuições preconizadas pelo TJ, que estabelece as funções específicas dos assistentes sociais. Estes são funcionários da Corregedoria do Estado, sendo lotados em várias regiões , assim teremos várias opiniões de diversos Juizes sobre o trabalho do Assistente Social. Ao enfatizar a opinião, talvez a mais contundente, de apenas um deles não faz justiça à categoria e nem aos profissionais que trabalham diretamente nesta área.

Ao afirmar que em determinado momento a atuação do Serviço Social é nenhuma (ainda referente a critica do Juiz), passa a imagem de negligência do profissional.

Cabe ao CRESS, oportunizar o direito de resposta pois a CF/88 em seu Art. 5º,V- assegura este direito e que seja proporcional ao agravo.

O reconhecimento do trabalho vem da própria Corregedoria que prevê um novo concurso para área, a crítica publicada por um dos segmentos do judiciário não traduz o trabalho realizado por estes profissionais. O esclarecimento é o que podemos esperar deste Conselho, pois é a imagem de uma categoria que foi atingida. Afinal são 8.000 exemplares distribuídos. Aguardo resposta, *Ana Cátia*

Nota da Redação: *A série de reportagens sobre como outras profissões percebem o Serviço Social tem como proposta ouvir como o assistente social é visto por outras categorias. A Comissão de Comunicação do Cress tinha conhecimento das polêmicas que poderiam surgir nessas matérias, pois, infelizmente muitos segmentos da sociedade não conhecem ou têm uma visão equivocada sobre as reais atribuições do assistente social. Apostando na capacidade do assistente social de ouvir críticas e traçar estratégias para dar a visibilidade que essa categoria merece na sociedade, a Comissão decidiu investigar a opinião de outros segmentos profissionais. Publicamos seis opiniões da área sociojurídica. Entre elas dois juízes. A redação não fez nenhuma censura às opiniões expressadas durante as entrevistas. Isso não significa, em momento nenhum, que o Conselho compartilhe da mesma opinião dos entrevistados. Os assistentes sociais que trabalham no TJ merecem todo o respeito e não foi a intenção desrespeitá-los. O espaço de resposta para os funcionários que se sentiram atingidos foi e permanecerá aberto. Leia mais sobre a posição da atual diretoria do Cress na página 6 desta edição.*

Fechamento

Esta edição do Praxis já estava fechada quando chegou uma carta de 52 linhas, assinada por 12 assistentes sociais, que fazia considerações sobre a matéria "A área sociojurídica e o Serviço Social". A carta não pode ser publicada por questões técnicas e será encaminhada para a Comissão sóciojurídica do Cress.

EXPEDIENTE

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - JUNHO / 2002

Presidente: *Hilda Corrêa de Oliveira*
Vice-Presidente: *Mavi Pacheco Rodrigues*
1ª Secretária: *Rosely Reis Lorenzato*
2º Secretário: *Marcio Eduardo Brotto*
1ª Tesoureira: *Vera Maria Ferroira Santos*
2ª Tesoureira: *Marinete Cordeiro Moreira*

Suplentes: *Andréa Cristina Alves Pequeno, Renato dos Santos Veloso, Rodrigo Silva Lima, Elisabete Amorim Leandro, Fátima Valéria Souza e Claudete Jesus de Oliveira*

Conselho Fiscal: *Eliziane Oliva Dourado, Magali da Silva Almeida e Sandra Regina do Carmo -*
Suplentes: *Italuana Guimarães Rosário, Tânia Maria Dahmer Pereira e Luciene da Rocha*

Comissão de Comunicação: *Elisabete Amorim Leandro, Hilda Correa de Oliveira e Marcio Eduardo Brotto.*

Norte e Nordeste Fluminense - *Delegado: Leonardo Marques Pessanha; Tesoureiro: Junia de Souza Elias; Secretário: Surana Fonseca Monteiro. Suplentes: Marcelo Barbosa Carvalho, Mauci Isabel dos Santos e Tânia Elizabete Gonçalves*
Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro
Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense - *Delegado:* Ariane Rego de Paiva; *Tesoureiro:* Angela Amélia Chaves de Sá; *Secretário:* Eliane Coimbra Farhat. *Suplentes: Luciana Adriele do Nascimento, Cristiane Valéria da Silva Barvelo*
Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecília - CEP 27261-050
Telefax: (24) 342-6886

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)
Projeto Gráfico e Diagramação: Virginia Aôr (MTB/RJ 18.588)
Ilustração: Carlos D
Ipressão: Tipológica
Tiragem: 8.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-144
Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822
e-mail: cressrj.ascom@apic.com.br

Debate de qualidade

O Seminário de Fiscalização do Cress 7ª Região foi realizado no dia 26 de abril no auditório da entidade. O evento abriu com a palestra da professora e assistente social Marilda Iamamoto sobre o tema "A atual conjuntura política do país e os desafios postos à fiscalização do exercício profissional". A professora fez uma análise do início do governo Lula e afirmou que o programa apresentado pelo presidente não é voltado para o trabalhador, mas um programa de governo de coalizão.

Marilda Iamamoto alertou que os profissionais de Serviço Social devem acompanhar com muita atenção o processo de reforma da previdência, que vai interferir diretamente na prática profissional. Segundo a professora, os assistentes sociais precisam fazer uma leitura cr[itica desse processo.

Marilda também destacou a importância de se viabilizar o projeto ético-político da categoria, incorporando o processo de investigação como algo fundamental para dar conta das várias questões sociais, que ainda são tratadas de uma forma muito burocrática.

Depois seguiu um debate de qualidade com a presença de vários diretores do Cress, da diretora do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Marlise Vinagre, de todos os assessores do Conselho e assistentes sociais da base. À tarde, a assessora jurídica do CFESS, Silvia Terra, fez uma palestra sobre o tema: "O papel jurídico-político dos Conselhos e os instrumentos básicos para a fiscalização do exercício profissional do conjunto CFESS/Cress". O evento foi um sucesso e cumpriu com o objetivo de capacitar e qualificar os participantes.

Mudanças na COFI

Entrevista com a vice-presidente do Cress/RJ Mavi Pacheco Rodrigues

A agente fiscal Maria de Fátima Valentim fará visitas em vários municípios da região, visando a a identificação das demandas desses profissionais. A proposta é a elaboração de um projeto de ação e fiscalização para a Delegacia em consonância com a Política Nacional de Fiscalização.



Quais as principais reformulações na Cofi, a partir do Seminário realizado em abril?

O Seminário Local de Fiscalização que realizamos em abril de 2003 é o resultado do esforço desta gestão pela implementação, mais amiúdo, na região, da Política Nacional de Fiscalização, construída pelo conjunto CFESS/Cress desde 1999, isto é, a luta pela execução de uma política que possibilite a ampliação e qualificação da ação de fiscalização da entidade na defesa de um exercício profissional de qualidade e comprometido com valores éticos progressistas. No Seminário, demos passos fundamentais nesta direção. Duas deliberações tomadas neste evento possibilitaram desenhar um plano de ação conjunta entre a Cofi e as diversas comissões temáticas existentes na entidade. A primeira, diz respeito à elaboração de um relatório trimestral pela Cofi das principais demandas de orientação e fiscalização que chegam diariamente a Comissão e as Agentes Fiscais. Esperamos que este relatório, ao localizar os principais problemas enfrentados pela categoria nas diversas áreas de intervenção, possa potencializar a ação de capacitação e de mobilização política que as Comissões vêm exercendo. O segundo, corresponde ao desafio que a Cofi deve assumir a partir de agora que é o de retomar a discussão dos artigos 4° e 5° da Lei 8662/93 através das comissões temáticas, deflagrando um processo de problematização junto a categoria acerca das competências e atribuições privativas do assistente social nos mais variados campos de atuação profissional. Com esta deliberação, pretendemos dar mais concretude a dimensão pedagógica da política de fiscalização no estado do Rio.

A mudança da conjuntura no país, principalmente em relação as políticas públicas, traz novos desafios para a política de fiscalização do Cress? Quais são elas?

São muitos os desafios que a fiscalização enfrenta na atualidade. Herdamos do governo de FHC um quadro perverso, marcado pela precarização do trabalho, pelo desmonte das políticas públicas e pelo crescimento da filantropia no enfrentamento da "questão social", que afetaram não só as condições de trabalho do assistente social, mas também as condições de vida da grande maioria da população brasileira. O governo Lula, eleito graças a um grande sentimento de insatisfação com as políticas ortodoxas do FMI, não tem, infelizmente, até agora, apontado medidas efetivamente claras de reversão deste quadro. A política de fiscalização deve fornecer condições para que a categoria, no seu exercício cotidiano, possa adensar, de forma propositiva e responsável, esta insatisfação, o que significa dizer que o assistente social pode, no espaço contraditório de sua ação, contribuir para a luta em prol de políticas públicas com qualidade e com controle social. Isto exige a capacitação permanente dos profissionais do Serviço Social, dimensão indispensável da Política Nacional de Fiscalização.

Qual a importância para o Cress e, até mesmo, para a categoria da contratação da nova agente fiscal de Campos?

A contratação de uma Agente Fiscal para atuar na área de Campos é, tanto para o Cress quanto para a categoria, uma conquista histórica. Anseio antigo da entidade e dos profissionais, a contratação de uma Agente Fiscal para o Norte e o Noroeste Fluminense é condição objetiva fundamental para que possamos ampliar o trabalho de fiscalização do Cress 7ª Região

A atuação da Comissão de Ética

Em 2003 os assistentes sociais de todo o Brasil comemoram os dez anos do Código de Ética profissional e da Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93). A Comissão Permanente de Ética do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região tem trabalhado no sentido da reafirmação do projeto ético-político, avaliando denúncias em relação a possível infração dos assistentes sociais aos princípios do Código de Ética ou de atos de outros profissionais que firam a honra profissional do assistente social.

No primeiro caso, poderá ser instaurado, ou não, um processo ético e, no segundo caso poderá ser feito um desagravo público. É importante apreender a atuação da comissão como um espaço de defesa da nossa identidade política e social. A Comissão Permanente de Ética tem atuado em várias frentes de trabalho, como por exemplo, a participação no Fórum Social Mundial (Porto Alegre/RS), onde inscreveu o Cress na agenda mundial de elaboração de políticas sociais e participou de duas oficinas sobre Ética e Direitos Humanos, organizadas pelo CFESS. Outro exemplo é a participação da comissão ministrando palestras em unidades de ensino e de saúde.

A Comissão também esteve à frente da realização, em 2001, do curso Ética em Movimento para profissionais da Zona Oeste e já está organizando um outro curso para profissionais da Baixada Fluminense, no segundo semestre desse ano, com o objetivo de contribuir para a capacitação de assistentes sociais. A proposta é oferecer a categoria um maior conhecimento dos seus direitos e deveres e também o conhecimento da aplicação, na sua práxis, da operacionalização dos princípios e compromissos que norteiam o projeto ético-político profissional do conjunto CFESS/Cress, o que se materializará na execução de projetos e trabalhos concretos na sua prática cotidiana.

Convite

É importante registrar que a área de atuação da Comissão Permanente de Ética não se restringe ao município do Rio de Janeiro. A Comissão está presente em todo o Estado, baseando-se na sede e nas cidades de Volta Redonda e Campos dos Goytacazes, onde o Cress tem suas delegacias regionais.

A atual Comissão de Ética é composta pelas conselheiras Rosely Reis Lorenzato (presidente da comissão) e Vera Maria Ferreira Santos, além de três assistentes sociais da base: Simone da Cunha Tourino Barros, Maria da Conceição Coelho de Moraes Soares e Érida Aparecida José da Silva. As reuniões acontecem toda terça-feira, às 14h, na sede do Conselho. A Comissão mantém estreita ligação com a assessoria jurídica do cress.

A categoria está convidada a participar das comissões de Instrução para os casos de abertura de processo disciplinar, ético e de prerrogativas para os de desagravo público. Os interessados podem se inscrever no Cress através dos telefones da entidade (ver expediente) ou por e-mail secretaria@cressrj.org.br .

Nem sempre a gente é tanta gente...

A atual gestão do Cress, que se elegeu com a chapa "A gente é tanta gente onde quer que a gente vá" vem fortalecendo a idéia do quanto é necessário esclarecer a categoria a respeito das questões cotidianas do Conselho. De longe, é difícil dimensionar o conjunto de requisições, compromissos e desafios postos aos conselheiros, à assessoria e à equipe de funcionários, à medida que cresce a presença do Serviço Social em diferentes espaços. Assim, é fundamental a informação sobre os problemas, iniciativas, medidas adotadas e a possibilidade de trocar opiniões com os assistentes sociais.

Para dirigir o Cress são eleitos 18 conselheiros: 12 entre titulares e suplentes constituem a diretoria e seis o conselho fiscal. É fundamental lembrar que os conselheiros não são liberados de suas tarefas nos espaços de trabalho e precisam compatibilizar seus compromissos em ambas as esferas, o que nem sempre é possível. Já nos primeiros meses do mandato houve afastamentos temporários de vários diretores. Hoje estão formalmente licenciados em função, na maioria dos casos, de demandas no local de trabalho ou por estarem em conclusão de cursos de pós- graduação os seguintes conselheiros: Claudete de Oliveira, Elziane Dourado, Fátima Valéria Souza, Luciene da Rocha, Rodrigo Lima e Sandra Regina do Carmo. Na Delegacia de Volta Redonda, a conselheira Helenice de Almeida solicitou o afastamento definitivo da direção.

A dinâmica na gestão implica na seguinte rotina: uma reunião plenária mensal do colegiado-sede e duas delegacias (Conselho Pleno), realizadas aos sábados; reuniões quinzenais de diretoria e reuniões semanais, às quintas feiras de manhã, de uma executiva. Além disso, são realizadas periodicamente reuniões das diversas comissões temáticas e das regimentais como a de Ética, Fiscalização (Cofi), Comunicação e imprensa entre outras. Estas informações são importantes para que a categoria tenha uma visão geral da gestão da entidade. Nem sempre "a gente é tanta gente...". Por isso, a diretoria convida todos assistentes sociais a darem sua contribuição. Participe!

Cress investe em programação

Este ano a diretoria do Conselho Regional do Rio de Janeiro decidiu ousar na programação para homenagear o assistente social e investiu em uma programação intensa durante todo o mês de maio, descentralizando os eventos em áreas do interior do Estado, com o objetivo de qualificar e capacitar os profissionais.

Abertura

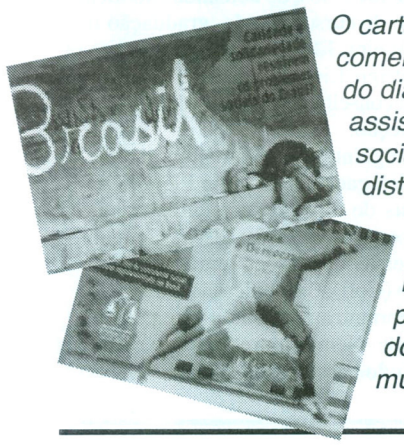
O evento escolhido para abrir a programação, no dia 5 de maio, foi uma mesa-redonda com o tema: "Competências e atribuições privativas do assistente social e o Serviço Social Clínico", que contou com as assistentes sociais Marilda Iamamoto e Sônia Beatriz Sodré. O polêmico debate foi coordenado pela presidente do Cress, Hilda Corrêa Oliveira. Sônia afirmou que a prática clínica não é nova e nem pertence a um grupo que a reivindica. Ela acredita que o projeto profissional dos que defendem o Serviço Social Clínico é o mesmo dos que são contra. O que está em jogo, aposta ela, são as intenções. Marilda Iamamoto abriu o debate com uma posição aberta e clara contra a prática do Serviço Clínico. Para isso, fez uma análise dos fundamentos e do exercício profissional do Serviço Social. Ela lembrou que o perfil do assistente social está regulamentado na Lei 8.662/93. As competências e atribuições privativas da profissão estão registradas nos artigos 4º e 5º da referida lei. Marilda destacou ainda que o foco do debate era definir o que é unidade, matéria e área do Serviço Social. A participação dos assistentes sociais presentes ao debate foi intensa, o que permitiu a qualidade do evento.

No dia 15 foi realizada uma sessão solene, em homenagem ao dia do assistente social, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). A iniciativa foi da deputada estadual e assistente social Edna Rodrigues em parceria com o Cress. O evento, que homenageou 15 assistentes sociais, foi aberto ao público.

Ainda no dia 15, na capela ecumênica da Uerj, foi realizado o evento central da programação. A mesa de abertura teve a presença de representantes do CFESS, Cress, Enesso e da Faculdade de Serviço Social da Uerj. A mesa-redonda "O Estado Brasileiro e as políticas públicas no governo Lula", teve como debatedores as assistentes sociais, Ivanete Boschetti (Professora da UNB e doutora em Políticas Públicas) e Rute Gusmão (especialista em Políticas Públicas) e o psicólogo Delmar Cavalcante da Silva, da Fase Rio.



O mês de maio foi marcado por lançamentos de várias publicações 1-Distribuição gratuita. 2- R$ 3,00. 3- R$ 10,00 (à venda no Cress)



O cartão comemorativo do dia do assistente social foi distribuído em vários locais públicos do município

Destaques

Rute abriu o debate destacando a vitória da "esperança de mudar" com a eleição de Lula. Ela salientou o desejo da sociedade de mudanças na área econômica. Enfatizou a herança deixada pelos governos anteriores de um Estado privatizado e sem políticas públicas e as conseqüências sociais disso. Ivanete abriu colocando o sentimento de decepção que vários segmentos sociais, que apoiaram a candidatura Lula estão vivendo. Ela destacou que a Seguridade, apoiada no tripé: Previdência, Assistência e Saúde é um dos princípios que estão sendo esquecidos no governo federal. A professora lembrou que esse princípio de Seguridade está na Constituição de 88 e que o PT defendeu e ajudou a aprovar. A Seguridade, como foi organizada, se tornou incompatível com a realidade atual, por uma ausência de política do estado. Ela ressaltou ainda que este governo está promovendo programas na área de saúde, educação e assistência baseando-se na focalização e não na universalização de direitos.

Em relação à reforma da Previdência, Ivanete mostrou uma pesquisa, que revelou dados concretos que demonstram que não há déficit na previdência, mas sim um grande desequilíbrio nas contas públicas. A contribuição de alguns órgãos, citados por ela, não está sendo feita como deveria. A isenção fiscal, segundo a professora, não é ilegal, mas é imoral. O Estado deixa de arrecadar onde deveria. Já Delmar, citou o avanço do descontentamento da sociedade em relação ao governo Lula, principalmente dos movimentos sociais e fez algumas críticas ao Programa Fome Zero.

Lançamentos

Durante o evento também foram lançadas a cartilha com orientações básicas para o assistente social e a publicação "Em foco", que no primeiro número aborda o tema "O Serviço Social Clínico e o projeto ético-político do Serviço Social"(primeiro debate). Além disso, foram lançados os projetos "O Cress e o Parlamento" e o "O Serviço Social e os Conselhos". Também foi lançado o documento "Projeto de Intervenção do Serviço Social nos Hospitais de Emergência". Foi apresentado para a categoria o jornal semanal, vendido nas bancas, Brasil de Fato, que promete tratar a notícia com uma ótica diferente dos demais. Aconteceu também a distribuição dos cartões comemorativos, que foram feitos com o objetivo de mostrar um pouco mais o projeto do Serviço Social para a sociedade. A distribuição dos cartões também foi feita em cinemas, teatros e vários locais de grande circulação do município do Rio de Janeiro, com a proposta de apresentar o assistente social como profissional de defesa das políticas públicas e dos direitos sociais e desvincular a imagem da caridade. Ao final do evento, os assistentes sociais se confraternizaram com um coquetel.

A programação também incluiu quatro seminários temáticos, de caráter estadual: "Serviço Social e o Sistema Sociojurídico", "O Serviço Social e os Conselhos", "Serviço Social na Educação" e "Serviço Social na Saúde". Todos tiveram ampla participação da categoria. Foram programados 33 mini-cursos, espalhados por todo o estado. De acordo com a avaliação dos próprios diretores, a atitude foi ousada, mas é consenso de que valeu a pena.









ção intensa





2



3

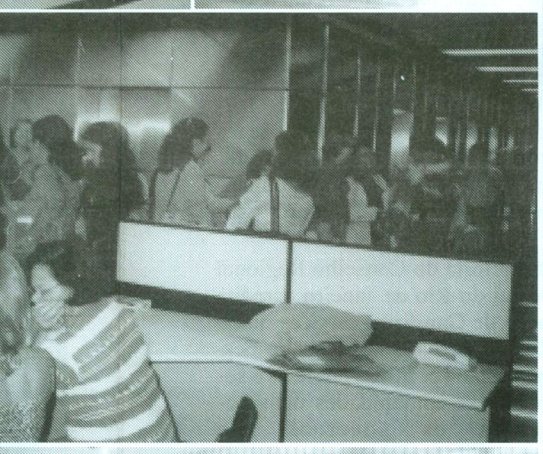




5



6



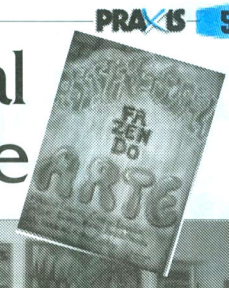


1 *Mini-curso no auditório do Cress*
2 *Seminário de Educação na CNC*
3 *Mesa de abertura do dia 15 de maio*
4 *Debate sobre o Serviço Social Clínico*
5 *Léa Braga no Seminário dos Conselhos*
6 *Seminário da área sociojurídica*
7 *Assistentes sociais no auditório da Petrobrás*
8 *Categoria prestigiou o evento na Uerj*
9 *Participantes do mini-curso de Búzios*



9

Assistente Social Fazendo Arte





Artistas participaram do encerramento da exposição

No dia 15 de maio, na capela ecumênica da Uerj, enquanto era realizada a principal mesa-redonda para os assistentes sociais também acontecia o I Salão de Arte do Cress "Assistente Social Fazendo Arte". A iniciativa da diretoria do Cress, que contou com a parceria e empenho da assistente social e artista plástica, Daise Liliam Alves do Nascimento (Delan), teve como principal objetivo dar a oportunidade para assistentes sociais que trabalham com arte mostrarem os seus trabalhos. Depois do evento da Uerj, os trabalhos seguiram para o auditório do Cress, onde ficaram expostos até o dia 3 de junho.

Para encerrar a exposição no Conselho, foi realizado um chá da tarde para reunir as artistas, fazer a entrega de certificados de participação no Salão de Artes e dar a oportunidade para que cada uma falasse um pouco sobre suas histórias e a relação com o mundo artístico. Participaram do evento as assistentes sociais Delan, Gisela Mattos, Regina Marconi, Ruth Gusmão e Sonia Castro (a única que participou com obra literária).A assistente social Angélica Tavares teve sua obra exposta, mas não pode comparecer ao encerramento da exposição.

A presidente do Cress, Hilda Corrêa oliveira e a vice-presidente, Mavi Pacheco Rodrigues destacaram a importância de se realizar um evento como esse e agradeceram a presença e a possibilidade de se realizar um evento como esse. A agente fiscal Ângela Lima contou como a idéia surgiu em uma mesa de bar. Na ocasião, Delan também lembrou da estreita relação dessa gestão com as artes, pois desde o início da formação da chapa, foi realizado um bingo para angariar fundos para a campanha e foram doadas peças dela e de Regina Marconi. A conseheira do CFESS, Marlise Vinagre, também fez questão de prestigiar o encontro e destacou que o acúmulo profissional e político dessas artistas se revelam em suas obras. Ela parabenizou o Cress por ser o primeiro Conselho a ter essa iniciativa, mostrando a importância de se abrir esse tipo de espaço. Marlise aproveitou ainda para fazer a sugestão de encaminhar a idéia para o próximo Congresso da categoria (CBAS). No final do evento outros diretores vieram se confraternizar com o grupo.

Câmara Municipal de Niterói

Moção

Temos a honra de comunicar que este legislativo aprovou na Reunião Ordinária do dia 14 de maio do corrente ano, a proposição sob forma de Moção de Congratulações nº 103/03 de autoria do nobre Vereador Rodrigo Neves Barreto, ao CRESS - Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro "pela comemoração, em 15 de maio, do Dia do Assistente Social.

Os profissionais da Assistência Social são atores fundamentais no processo de resgate da cidadania e na formulação de políticas públicas emancipatórias.

Esta Casa Legislativa ao enviar esta Moção reconhece e congratula-se com o trabalho dessas mulheres e desses homens que, facilitando o acesso da população aos serviços de proteção e seguridade social, muitas vezes em condições extremamente adversas, estão a promover o enfrentamento à pobreza e todas as formas de exclusão e discriminação, em Niterói e no Brasil."

Câmara Municipal de Niterói

Plenário Brígido Tinoco,
15 de maio de 2003.

João Vicente Filho
Presidente

Rodrigo Neves Barreto
Vereador

Prefeitura de Quissamã prestigia evento

Chamou a atenção, no Seminário de Educação, promovido pelo Cress no dia 23 de maio, a presença de quatro assistentes sociais da Secretaria Municipal de Educação de Quissamã: Flávia Eduardo, Derli Barbosa Rodrigues, Rosilene Pessanha Rodrigues e Renata Cunha. Elas passaram toda a semana participando das atividades promovidas pelo Cress. De acordo com as assistentes socais, a prefeitura tem o hábito de investir na capacitação e qualificação dos profissionais e, por isso, não hesitou em liberá-las. Além disso, há um reconhecimento do trabalho de toda a equipe do Serviço Social. "Mesmo na nossa ausência, o trabalho flui. Fizemos uma construção coletiva", afirmaram elas, que aproveitaram para enfatizar a importância que o município vem dando à área de Educação. O Serviço Social está atuando na Educação desde a inauguração de uma creche em 1992, em todos os setores, inclusive no de planejamento e organização. Depois o trabalho foi ampliado para a rede de escolas públicas. A secretaria também tem vários projetos com adolescentes e crianças com problemas de comportamento. Com orgulho, elas dizem que gostam de estar na vanguarda do processo de inserção do Serviço Social na área de Educação.

GESTÃO

Polêmica

No início do ano, a diretoria do Cress avaliou que era preciso perceber a visão que a sociedade tem sobre o Serviço Social abrindo espaço para que pessoas e entidades manifestassem livremente as impressões que têm sobre a nossa profissão. O Objetivo da iniciativa é, a partir das críticas, elogios, e até mesmo da revelação de desconhecimento por parte de alguns segmentos, criar estratégias dentro da política de comunicação do conjunto Cress/CFESS para trabalhar uma adequada imagem do Serviço Social, divulgando as atribuições do assistente social, os princípios e compromissos que conformam o projeto ético-político da profissão na contemporanei-dade. A Comissão de Comunicação do Cress deliberou uma série de reportagens com a proposta de ouvir pessoas de diferentes setores da sociedade nas edições do Práxis de 2003. A idéia é de que as opiniões coletadas possam ser analisadas em oficinas e em encontros com a categoria, para decidir as alternativas e investimentos no campo da comunicação, no sentido da profissão ganhar a correta visibilidade na sociedade.

A série de reportagem foi iniciada em fevereiro, na edição19 do Práxis, com os profissionais que atuam na mídia. A iniciativa recebeu o apoio de muitos profissionais e foi estimulada pelo diretor do CFESS, Marcelo Braz Moraes dos Reis, que faz parte da Comissão de Comunicação da entidade nacional. Ele afirmou que essa série de matérias é importante e serve de termômetro para saber como outros profissionais estão vendo o Serviço Social. Ele alertou que a política de comunicação do conjunto CFESS/Cress está ligada ao aumento de visibilidade do Serviço Social e é estratégica, já que se articula diretamente com a atividade fim do Conselho, que é a defesa do exercício profissional.

Na mesma edição de fevereiro, a presidente do Cress (RJ), Hilda Corrêa de Oliveira, lembrou que afirmações como: "O Brasil precisa de Serviço Social", "O Assistente Social constrói um país diferente" e "Um outro mundo é possível e absolutamente necessário" (usado no II Fórum Social Mundial) expressam o comportamento do assistente social de hoje, mas ela advertiu que há muitas pessoas que ainda tem uma visão equivocada da profissão. Por acreditar que são os próprios assistentes sociais, junto com o Conselho, que vão precisar priorizar e definir estratégias para dar visibilidade ao Serviço Social, ela convidou a todos os interessados a darem sua contribuição nessa construção coletiva.

Livre Manifestação

No Práxis seguinte, o de abril (vale lembrar que o jornal é bimestral), foi a vez de entrevistar profissionais que atuam na área sóciojurídica. Uma polêmica foi criada a partir das opiniões do Dr. Guaraci Viana, juiz titular da 2a Vara da Infância e Juventude. Os assistentes sociais que atuam nesta vara destacam que algumas observações feitas pelo juiz não correspondem ao real empenho da equipe, que agem de forma competente no desenrolar das situações que se apresentam neste espaço. A assistente social Lair Ferrari, que foi coordenadora do Serviço Social da Corregedoria até meados do mês de maio, enviou uma carta ao Cress questionando a expressão "visibilidade" que intitulava a matéria e o fato de não ter sido oferecida oportunidade de manifestação no mesmo momento aos assistentes sociais. Para não restar dúvida, a intenção do Cress é contribuir na visibilidade do Serviço Social identificando para a sociedade o projeto ético-político profissional contemporâneo, pleno de compromissos com a democracia, a liberdade, a igualdade e com os direitos. Face às considerações destas profissionais, cabe esclarecer que este conjunto de reportagens não prevê neste primeiro momento ouvir os próprios assistentes sociais. O objetivo é dar voz a diferentes profissionais e pessoas usuárias dos serviços, assegurando-lhes a livre manifestação de idéias, em respeito ao princípio da liberdade.

O interessante nestas reportagens é poder perceber como é compreendido no real o trabalho dos assistentes sociais e a partir daí desencadear ações que informem e esclareçam para a sociedade os seus compromissos, competências e atribuições. Contudo, no caso das observações do juiz Guaraci Viana, cabe destacar que elas evidenciam uma grande expectativa quanto à contribuição do Serviço Social e o reconhecimento da capacitação teórica dos profissionais. A crítica quanto à limitação da capacidade propositiva e de reversão da realidade de vida das crianças e adolescentes, desconsidera o quadro concreto de precariedades das instituições do Estado brasileiro na atenção aos direitos e necessidades da população. Em contraponto, é preciso lembrar que os assistentes sociais se guiam pelo compromisso ético de assegurar o respeito a direitos humanos e sociais e políticas públicas de qualidade em favor de condições dignas de vida para todos.

A ênfase que o juiz dá a possibilidade de ter estágio supervisionado nas Varas de Justiça é apoiada pelo Conselho e naturalmente deve ser também o interesse das faculdades de Serviço Social, cabendo então de imediato um movimento conjunto para instalar tal campo de estágio. Cabe destacar ainda que o campo sociojurídico ganhou nos últimos anos prevalência nos debates do Serviço Social no Brasil. O último Congresso nacional da categoria recomendou o aprofundamento das reflexões quanto ao projeto de intervenção dos assistentes sociais nas instituições do sistema sociojurídico.

No final desta série de reportagens serão publicado no último número do Práxis deste ano (dezembro) os comentários dos assistentes sociais a respeito das opiniões manifestadas pelos entrevistados, bem como as alternativas para a área de comunicação, que permitam adequada visibilidade da profissão. A diretoria do Cress sugere que os profissionais promovam nos seus espaços de trabalho discussões sobre o conteúdo destas reportagens, aguardando um convite para um debate ampliado que deverá ser agendado oportunamente.

ASSEMBLÉIA - 24/JULHO

Dia 24 de julho (quinta-feira), às 18h, o Cress realizará uma assembléia. Na pauta: Eleição de delegados para o encontro nacional do conjunto CFESS/Cress, discussão sobre o plano de trabalho do Cress e informes gerais. Participe!

RESPOSTA PARA A IMPRENSA

Mais um equívoco de Garotinho

No atual secretário de Segurança Pública, do Estado do Rio de janeiro, Anthony Garotinho, declarou na edição do dia 13 de maio de O Globo que os policiais que atuam nos Destacamentos de Policiamento Ostensivo (DPOs) nas favelas "fazem vista grossa para o tráfico e viram assistentes sociais dos moradores". É preciso esclarecer à população que ninguém pode virar assistente social de uma hora para outra. O assistente social é um profissional que viabiliza direitos em várias áreas como saúde, educação, habitação, previdência, assistência, sociojurídica, entre outras. É responsável por operar com serviços, programas, benefícios e políticas sociais, executando, planejando e assessorando. O objeto de intervenção do profissional de Serviço Social é o conjunto de desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e étnicas. É ele que vai intermediar a relação entre o usuário e a instituição que oferta os serviços e políticas sociais. É preciso destacar que a profissão de Serviço Social é regulamentada pela Lei 8.662/93 e, portanto, é necessário para exercer a profissão fazer curso superior.

Confusão com assistencialismo

O Serviço Social, infelizmente, ainda é identificado com assistencialismo, clientelismo e filantropia. Não é raro ouvir autoridades, prestando declarações equivocadas sobre essa profissão. É verdade que a origem da profissão é ligada a ação caritativa realizada pelas por senhoras da igreja católica na década de 30. Essa é uma das razões para que a imagem da profissão ainda seja cercada de preconceitos. Outro fator, e mais atual, que contribui para que o Serviço Social seja identificado com o assistencialismo, é o fortalecimento da filantropia, retomado no país a partir dos anos 90, com o estabelecimento do neoliberalismo. A "refilantropização" do social se expressa no crescimento do Terceiro Setor, do voluntariado e das ações de cidadania empreendidas por empresas e corresponde a transferência da responsabilidade que o Estado deve ter diante da questão social para a sociedade. Mas é preciso destacar que essa é um das profissões que mais sofreu transformações nas últimas décadas. O Serviço Social é uma profissão que se caracteriza pela sua atuação na defesa dos direitos humanos e sociais e também pela luta para a implementação de políticas públicas que garantam esses direitos de forma universal, com eqüidade e qualidade. Por isso mesmo, o combate à fome, associado a outras políticas sociais, anunciados pelo governo Lula, sempre estiveram presentes na atuação do assistente social.

Clientelismo

A denominação do agente da profissão, assistente social, aliada com a pouca compreensão que se tem do agir profissional favorece e ainda provoca alguma associação do Serviço Social com assistencialismo. É preciso mostrar para a população que alguns políticos agem de má fé e fazem clientelismo ao se utilizarem da denominação assistência para implementar políticas assistenciais equivocadas com o objetivo de assegurar votos futuros.

Outro equívoco

Anthony Garotinho também declarou na imprensa que é necessário que as famílias controlem os filhos para que o consumo de drogas diminua. Infelizmente, o consumo de drogas é uma temática, que costuma ser tratada pelos políticos de forma simplista, moralista e sem qualquer cunho e rigor técnico e científico, necessária à compreensão de tão complexa e grave expressão da questão social. O secretário apela para soluções em que se considera apenas um elemento da questão. É fácil culpar apenas a droga pelas mazelas da sociedade brasileira, ou mesmo o usuário que a consome, ou dela é dependente, esquecendo todas as outras questões que envolvem a violência atual. O fenômeno das drogas na contemporaneidade resulta do inter-relacionamento de inúmeros fatores de ordem sócio-político-econômico-cultural que não pode se reduzir a falta de rigor dos pais.

A atual diretoria do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro acredita que a declaração de Garotinho esquece que o trabalho do PM na favela só está sendo desvirtuado porque não há políticas públicas e sociais que atendam as comunidades mais pobres. Enquanto os governos não implementarem políticas que contribuam com a redução do desemprego, melhorarem a rede de saúde e garantirem serviços de qualidade nas favelas, a violência vai continuar crescendo e ele ainda terá que trocar muitos policiais dos Postos de Policiamento Comunitários.

Presidente do Conselho Regional de Serviço Social - Hilda Corrêa de Oliveira

** Este artigo foi construído para responder as declarações do secretário de Segurança Pública, do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho publicada na primeira página e na página 12 do jornal O Globo do dia 13 de maio. Fizemos a proposta do texto sofrer cortes e ser publicado como carta, mas mesmo assim nada foi publicado.*

Grande perda

A questão da violência contra a mulher, e em particular a violência doméstica, é um fantasma que vem assolando uma enorme quantidade de mulheres Brasil afora. Já no final da década de 80, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE estimara que 63% das vítimas de agressões físicas ocorridas no espaço doméstico eram mulheres. Em 1992, mais de 205 mil agressões contra mulheres foram registradas nas Delegacias de Defesa da Mulher em todo o Brasil. De acordo com pesquisa recente, as lesões corporais dolosas são a principal queixa das mulheres nas delegacias: cerca de 81,5% dos casos. Não é preciso muito esforço para perceber que a situação, de gravidade extrema, tem por base um padrão de relações de gênero profundamente marcado pela desigualdade. Desta forma, entender e intervir sobre a questão da violência contra a mulher (uma das mais graves expressões da chamada "questão social"), demanda, necessariamente, a compreensão do fenômeno do gênero e de suas conexões com questões fundamentais em nossa sociedade, como as relações de classe social e de raça/etnia. As atividades realizadas pela equipe de Segurança da Mulher do Programa Delegacia Legal, coordenada por Marisa Gaspary, caminhavam nessa direção, sendo de grande importância para o esforço coletivo de combate à violência doméstica, e, exatamente por isso, fundamental à defesa dos direitos humanos e ao reforço dos princípios e valores que dão sustentação ao nosso projeto ético-político profissional. Ao ser extinta, uma grande perda recai sobre aqueles que têm por propósito a construção de uma sociedade realmente justa e igualitária. A Comissão de Gênero e Etnia do Cress 7ª Região lamenta muito que trabalhos como este sejam cruelmente desmontados, ao invés de serem fortalecidos e ampliados. O importante agora é buscar, em conjunto com outras organizações e entidades comprometidas com o combate às desigualdades, alternativas para que essa situação possa ser revertida.

ENTREVISTA MARISA GASPARY

Governo extingue programa

A atividade Segurança da Mulher do Programa Delegacia Legal, coordenada pela assistente social Marisa Gaspary foi extinta em abril de 2003. Enquanto isso, os dados estatísticos revelam que a violência doméstica contra a mulher só aumenta. A extinção de atividades como essa só demonstram o descaso do governo com o tema.

Foi o atual governo do estado que apresentou a proposta de extinção? Sob qual alegação?

O Governo do Estado do Rio de Janeiro tomou algumas iniciativas no início desse ano que mudaram o curso dos projetos na área de segurança da mulher, a exemplo da extinção da Subsecretaria de Segurança da Mulher (criada em abril de 2002 no interior da Secretaria de Segurança Pública do RJ), substituindo-a por uma Superintendência de Segurança da Mulher no âmbito da Secretaria de Justiça. No entanto, em novembro de 2002 a ALERJ aprovou uma lei instituindo o Programa de Segurança da Mulher(PROSEM) no âmbito da Secretaria de Segurança Pública. Além desta iniciativa, no início de abril de 2003, o Coordenador do Programa Delegacia Legal, Dr.César Campos, informou à Coordenação da Equipe de Segurança da Mulher do Programa Delegacia Legal que as atividades estavam extintas, dando um prazo, até dia 30 de abril de 2003 à coordenadora para encerrar as atividades. A justificativa para o término foi corte de despesas face às dificuldades que o estado está atravessando. Portanto, a extinção foi um ato do atual governo estadual.

Em que se constitui a atividade Segurança da Mulher do Programa Delegacia Legal?

As atividades da equipe Segurança da Mulher eram: coordenar e ministrar aulas relativas à disciplina Violência Doméstica e de Gênero para os policiais civis e técnicos de atendimento social dos balcões de atendimento das Delegacias Legais e Elaborar o projeto conceitual e coordenar o processo de implantação de três casas-abrigo para mulheres e filhos que se encontram em situação de violência doméstica (uma em São Gonçalo, Rio de Janeiro e Baixada Fluminense). Durante os três anos de existência da equipe foram ministradas aulas para 900 técnicos de atendimento social e 483 policiais civis lotados nas Delegacias Legais. Quanto às casas-abrigo muito se avançou, pois além de termos mapeado os municípios e terrenos possíveis para instalação desses equipamentos, conseguimos elaborar o projeto teórico-metodológico que fundamentou o projeto arquitetônico das três casas-abrigo. A equipe conseguiu doação de uma área de 2500 metros em São Gonçalo, cessão de um prédio estadual de dois andares para ser o abrigo do Rio e a desapropriação de uma área na Baixada Fluminense. Além disso, muitas parcerias foram realizadas para a promoção de encontros e seminários na área da saúde.

O Programa Delegacia Legal pode continuar funcionando bem, sem esta atividade? Quais as principais perdas?

Depende do ângulo que se vê. Se as pessoas pensam o Programa Delegacia Legal como delegacia de polícia a resposta é que independe da nossa atividade, mas, se vermos o programa dentro do decreto que o instituí, ou seja, implantar Delegacias Legais e Casas-abrigo, avalio que a parte relacionada às casas-abrigo ficará prejudicada, pois não há nenhum setor ou equipe que tenha nos substituído. A obra da casa-abrigo da Baixada continua sob a supervisão dos engenheiros, mas não há equipe técnica especializada que esteja monitorando o projeto e mudanças naturais que se fazem necessárias.

As casas-abrigo estão funcionando? Em que condições? Se ainda não estão, sabe informar se há alguma previsão?

Quanto ao estágio que as obras se encontram é o seguinte: casa-abrigo São Gonçalo - 80% da obra concluída, porém encontra-se parada desde dezembro de 2002 sem previsão de retomada. Além disso, o contrato com o empreiteiro já expirou e não foi feito aditamento. Casa-abrigo do Rio de Janeiro: apesar desta obra ter sido licitada e um empreiteiro ter ganhado a concorrência teve o empenho suspenso no segundo semestre de 2002. Não há previsão de retomada, porém o prédio continua preservado para ser algum dia reformado para ser uma casa-abrigo. A casa-abrigo da Baixada Fluminense integra o Programa Nova Baixada e recebe recursos do BID para custeio da obra e equipagem. A obra está acontecendo com previsão de término para o final do segundo semestre de 2003. Portanto, nenhuma casa-abrigo está no momento funcionando.

Dados da imprensa revelam que a violência contra a mulher está aumentando. Na sua opinião, o governo do Estado ou do Município está tomando alguma atitude concreta para reverter esse quadro?

A única iniciativa recente foi a reunião da Comissão Especial de Segurança da Mulher no dia 10 de junho nas dependências do CEDIM. No entanto, não sabemos o projeto previsto para a Superintendência de Segurança da Mulher da Secretaria de Justiça e a razão que extinguiram a Subsecretaria de Segurança da Mulher no âmbito da Segurança Pública, a não implementação das ações previstas no PROSEM e a extinção da Equipe Segurança da Mulher do Programa Delegacia Legal. É função do CEDIM acompanhar e monitorar todas as políticas públicas sem que necessariamente traga para si a responsabilidade com a execução. Quanto ao município do Rio posso informar que continua mantendo uma casa-abrigo para mulheres e que não tem até o momento um centro especializado de atendimento à mulher e um conselho municipal da mulher.

Drogas, Violência e a Política Proibicionista

Paulo Cesar Pontes Fraga*

Nos últimos meses, vários casos de violência protagonizados por jovens dependentes químicos contra seus pais ou parentes mobilizaram a opinião pública, colocando em voga, mais uma vez, este grave problema de saúde pública que é o uso abusivo de substâncias tóxicas. Todavia, os debates que se seguem a cada grave ocorrência deste tipo, geralmente, são permeados de um moralismo excessivo e impregnados de concepções ideológicas e de interesses institucionais, que dificultam uma discussão ampliada da complexidade que envolve a prática do uso de drogas ilícitas.

Não existem sociedades, sejam as classificadas como complexas ou as denominadas simples, que em algum momento não façam uso de substâncias que alterem o nível da consciência dos indivíduos. O uso de substâncias entorpecentes é comum em todas as sociedades. A grande diferença é que em determinadas sociedades, seu uso está ligado a cerimônias específicas, restrito a alguns membros e possui caráter ritualístico. O que ocorre, entretanto, em sociedades como a brasileira, diz respeito ao fato do uso deixar de ter um controle social e passar a ser uma questão de mercado. As drogas estão disponíveis no mercado de consumo como uma mercadoria. Contudo, não é uma mercadoria qualquer. As drogas são imbuídas de especificidade. A política proibicionista implementada pela ONU no Congresso de Viena em 1961, sob pressão dos EUA, de criminalizar o comércio, o plantio e o consumo de algumas substâncias tóxicas somente contribuiu para constituição de sua faceta bélica. Alegava-se que a restrição da oferta diminuiria o consumo e que o uso de determinadas drogas era extremamente nocivo aos indivíduos, devendo-se criminalizá-los para o bem da saúde coletiva.

Desde sua implementação a política proibicionista foi incapaz de frear a oferta. Aumentou a corrupção policial, de autoridades públicas e de agentes privados; incrementou a formação de máfias; majorou as taxas de homicídios; integrou o comércio de drogas a outros negócios criminosos como o contrabando de armas; e está globalizada. O dinheiro advindo do negócio das drogas é, hoje, facilmente "lavado" no mercado de capitais e em outros negócios, sendo, portanto, parte integrante e importantíssima da economia capitalista mundial. Segundo dados da própria ONU, o comércio ilegal de drogas envolve no mundo todo US$ 400 bilhões por ano.

Diferente de outras atividades criminosas, o negócio das drogas é produtivo. Ou seja, não é uma mera criminalidade de rapina, não se apropria de bens de outros como é o caso do seqüestro, do furto e do roubo. Constituiu-se como uma atividade produtiva que envolve plantio, beneficiamento, distribuição e comércio, "empregando" muitas pessoas, algumas de forma assalariada. É o capitalismo do Ilícito.O que a diferencia, portanto, de outras mercadorias é o fato de ser ilegal, necessitando de uma extensa rede criminosa e violenta para sustentá-la.

As principais vítimas da rede do narconegócio são justamente seus elos mais frágeis: os camponeses envolvidos no plantio; os jovens usuários achacados por policiais corruptos, ameaçados por traficantes e impedidos de usufruir programas mais eficientes de prevenção e tratamento ao uso abusivo de drogas; e os jovens pobres usados como bucha de canhão da guerra das drogas.

A sociedade brasileira, em geral, os profissionais das áreas social e de saúde, em particular, precisam discutir seriamente os efeitos da política proibicionista sobre o país e, principalmente, sobre nossos jovens. Não defendemos a mera discriminalização e/ou liberação das drogas sem a adoção de políticas públicas para o combate dos efeitos nocivos do uso abusivo e do comércio das drogas, em nível nacional e mundial. A questão é muito complexa e envolve elementos de vários matizes.



As saídas e as soluções para este grave problema, portanto, são de cunho político, social e comunitário. Dá-se, portanto, no âmbito da esfera pública. A questão das drogas é muito séria para ser deixada, somente, nas mãos de médicos, políticos e policiais.

** Pesquisador do CNPq e autor do Livro Narcotráfico e Violência no Campo.*

O Serviço Social na área da Saúde

A área da saúde é a que mais concentra assistentes sociais. Para dar continuidade à série de reportagens sobre como os diversos segmentos vêem o Serviço Social, foram ouvidos outros profissionais da área que lidam diretamente com os assistentes sociais. Os depoimentos revelam que a capacidade e a qualidade do trabalho que o Serviço Social vem desenvolvendo são amplamente reconhecidas, mas que os profissionais precisam definir melhor o seu papel.

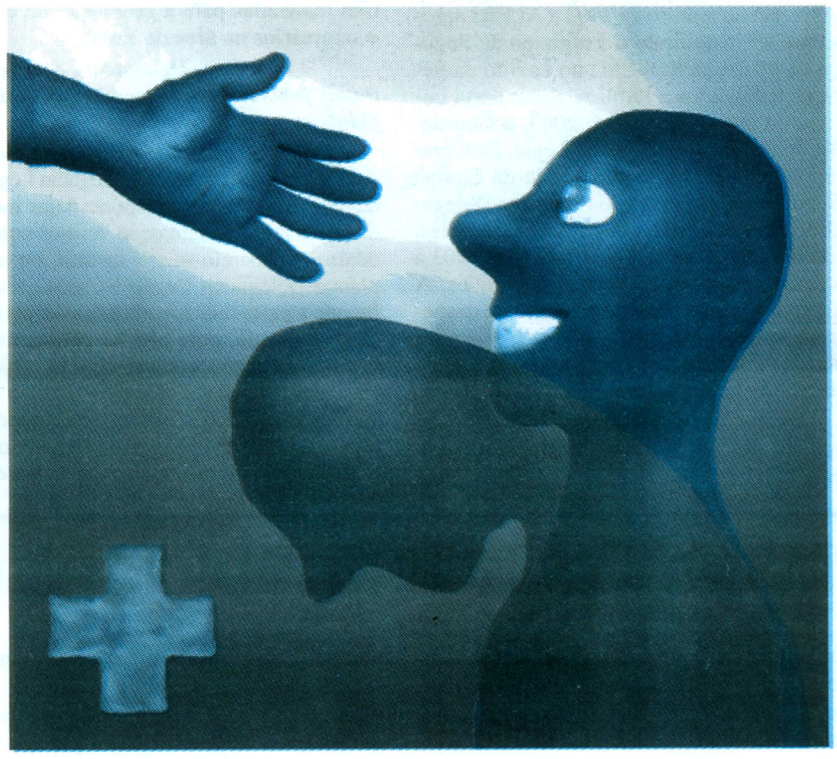
O médico Paulo Marçal, diretor do Hospital Municipal Souza Aguiar, destaca a importância do assistente social dentro de um hospital de grande porte como o que ele administra. O Souza Aguiar possui dois andares de emergência e, talvez pela localização no centro da cidade, é a unidade que recebe o maior contingente de população de rua do Rio de Janeiro. O diretor explica que os usuários desse hospital são, em sua maioria, pessoas excluídas socialmente e não possuem conhecimento sobre os seus direitos. O papel do assistente social na instituição é fundamental, pois é ele o responsável por esclarecer e viabilizar o acesso aos direitos desses cidadãos. Ele frisa que o conceito de saúde deve ser ligado ao bem-estar e à qualidade de vida e não apenas à cura de doenças.

Cidadania

Ao levar o conceito de cidadania aos usuários, o assistente social colabora para o restabelecimento físico e ambiental do usuário. Ele alerta para a perversidade do mercado de trabalho atualmente. As empresas, sempre interessadas em reduzir custos, não se comovem com a doença de seus funcionários e não raro aproveitam para demitir. Muitas vezes, a família do paciente fica sem condições financeiras para seu próprio sustento. "O Serviço Social desempenha um trabalho árduo", diz Marçal, "pois é esse profissional que vai atuar como uma ponte entre o trabalhador e o local de trabalho. O assistente social garante os direitos desse usuário e ainda faz um trabalho de sensibilizar os empregadores". Ele não hesita em apontar o assistente social como o profissional de Saúde responsável por garantir que a igualdade de direitos seja respeitada.

"Atualmente, o Souza Aguiar conta com 3 mil funcionários e dentro desse quadro, infelizmente, apenas 27 assistentes sociais, distribuídos por todos os andares e setores como o de Ortopedia e Neurocirurgia". Para Marçal, o reduzido quadro do Serviço Social acaba levando os assistentes sociais a se concentrarem no atendimento das demandas mais urgentes. O diretor sinaliza, no entanto, para a possibilidade do aumento desses profissionais no quadro do hospital. Por acreditar que já estamos vivendo no caminho da globalização e ao mesmo tempo há necessidade de grandes transformações sociais, ele acredita ser a capacitação profissional fundamental para a conquista de resultados. Paulo Marçal registra, orgulhoso, que o primeiro evento da categoria realizado na unidade, na Semana do Assistente Social, foi na sua primeira gestão à frente do Souza Aguiar.

O Coordenador Geral da Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), Carlos Alberto Oliveira, revela que, no Município do Rio, os assistentes sociais têm um papel historicamente importante e central em diferentes níveis, como assessores de Caps (Centro de Atenção Psicossocial) e coordenadores da Saúde. Para ele, O Sistema Municipal de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro (Simas) cria uma matricialidade do Serviço Social, coordenado pelo assistente social e trabalha todas as secretarias da Prefeitura como a de Saúde, SMDS, Fazenda, Administração e outras. "Este profissional, funciona como um articulador das diferentes políticas públicas que tratam da assistência. Ele é um articulador das políticas sociais e tem a possibilidade de agir como tal, devido ao seu conhecimento técnico", diz o coordenador.



Segundo Caó, nome mais conhecido de Carlos Alberto Oliveira, o maior problema que a categoria enfrenta é a indefinição de formação. Antes, a formação curricular dos assistentes sociais deixava a desejar. Mas a reformulação curricular permitiu uma nova perspectiva ao profissional. Caó avalia que o assistente social formado há cinco ou seis anos tem um papel mais definido politicamente e está inserido dentro de uma perspectiva formuladora. Em sua opinião é preciso um grande esforço para qualificação e capacitação da categoria no sentido de inserir todos nessa nova ótica.

Infelizmente, alguns profissionais não acompanharam essas mudanças dentro do Serviço Social e isso gera, às vezes, frustração de outros profissionais que atuam na área de saúde. Alguns diretores de unidades, afirma o coordenador, ainda demonstram desconhecimento e insatisfação com algumas atuações dos assistentes sociais. Por isso, ele acredita que a categoria precisa construir coletivamente o seu papel junto aos demais profissionais da saúde. "O Serviço Social ainda é uma profissão em construção. O papel ainda está indefinido. É preciso fazer um endomarketing, pois a profissão precisa se auto-divulgar, já que há assistentes sociais que não falam a mesma linguagem que outros. Parece que atualmente existem dois profissionais diferentes em uma única profissão", argumenta.

Diferenças

A médica Ana Raquel, diretora do Instituto Oscar Clark, concorda com Caó sobre a diferença da atuação dos assistentes sociais que se formaram há muito tempo e não passaram por um processo de qualificação e capacitação, com os que estão engajados no projeto ético-político profissional da categoria. O primeiro grupo, destaca ela, ficou preso a uma formação mais assistencialista enquanto o segundo tem uma concepção mais moderna do papel a ser desenvolvido como membro da equipe multidisciplinar que atua na reabilitação dos usuários. "O assistente social precisa se impor em seu novo papel, que em sua unidade é dar uma rede de suporte para a reintegração do indivíduo", enfatiza a diretora, que lamenta só contar com uma assistente social para uma unidade que faz até 33 mil atendimentos por mês. Mas ao mesmo tempo tece muitos elogios a essa profissional.

A coordenadora do Caps Irajá e gestora hospitalar, Sandra Castelo Branco Gomes Barros Sysak, também tem a opinião de que alguns assistentes sociais, que permaneceram ligados à origem da profissão, que acabou por gerar uma série de distorções que se misturam à filantropia, ainda não encontraram seu papel e acabam privando-se da sua própria atribuição, ao se conformar com papéis menores em suas atuações nos locais de trabalho. Há um confronto dentro da própria categoria, acredita Sandra. Mas ela não tem dúvidas quando sustenta que o assistente social sintonizado com o projeto ético-político da categoria é fundamental para o trabalho de devolver a cidadania, reintegrar e ressocializar ousuário. É esse profissional que faz um trabalho com as famílias. "Nenhuma outra categoria tem a visão política da saúde mental e da saúde", constata.

Na opinião de Sandra, o Serviço Social tem um Conselho atuante, que tem uma característica para além de ser um órgão meramente fiscalizador. O Cress atua na capacitação e qualificação dosprofissionais e não faz um trabalho corporativista. Ela se encantou com o que chama de a "nova era" do Serviço Social, que é a do profissional que viabiliza o acesso aos serviços, com base em direitos e igualdade.

Recursos humanos

A enfermeira do Instituto do Câncer Ailse Bittencourt afirma que os assistentes sociais desenvolvem um excelente trabalho, apesar de serem somente nove (Inca I) para atender os pacientes internados (são quase 200 leitos) e os que circulam pelos ambulatórios diariamente (120 usuários/dia). Ela lembra que os portadores de doença degenerativa podem precisar afastar-se por longos períodos do trabalho e até mesmo, pedir aposentadoria e, para isso, precisam ser orientados sobre os seus direitos. A partir daí, ele passa a se reconhecer como cidadão. A enfermeira diz que ela mesma, como funcionária, quando precisa saber dos seus direitos recorre ao Serviço Social.

Mas Ailse alerta que essa falta de recursos humanos em um hospital de média/alta complexidade como o Inca, gera sérios problemas. O assistente social não consegue atender a todos e alguns encaminhamentos acabam sobrando para os enfermeiros, que também possuem nível superior. Nos finais de semana e feriados, por exemplo, não há assistentes sociais de plantão. Os assistentes sociais acabam "apagando incêndio", ou seja, resolvendo as demandas mais urgentes. Ela acredita que o assistente social precisa definir melhor o seu papel dentro da unidade, pois corre o risco de ter o seu trabalho fragmentado. Ela entende que é difícil estruturar um projeto de trabalho com pouco pessoal para atendimento e aproveita para informar que já foi feita uma solicitação para concurso público. A perspectiva é que se resolva o problema a médio prazo.

A enfermeira Fátima Batalha alerta que o Serviço Social do Inca ainda tem um acúmulo de função, pois a equipe precisa promover cursos de especialização de docência em oncologia e atividades gerenciais. Todos os profissionais do hospital precisam ter especialização para lidar com portadores de patologias degenerativas como o câncer. A técnica de enfermagem Lídia Glória Gonçalves reconhece a importância do trabalho dos assistentes sociais e diz que por ser tão fundamental é preciso que esse profissional esteja sempre presente.